



ANAIS



# III CEPIAL

---

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

---

Semeando Novos Rumos

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil



ANAIS



# III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:  
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS  
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho 2012  
Curitiba - Brasil

# ANAIS



**III CEPIAL**

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,  
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil

## EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

### MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

#### RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

### MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

#### EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

#### RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISO – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNI RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

### MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

#### EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)  
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)  
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)  
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)  
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

### RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)  
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)  
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)  
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)  
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)  
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)  
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)  
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)  
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)  
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

### 5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

### RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)  
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)  
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)  
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)  
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)  
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)  
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)  
*Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza* (autor(es/as): Milson Betancourt)  
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

### 5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)  
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

### MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

## RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



## MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO AMERICANA

Daniela Roberta SLONGO\*

Maicon CANTON\*\*

Sigrid de Mendonça ANDERSEN\*\*\*

Soraya Romero VILLARREAL\*\*\*\*

### RESUMO

Desde meados do século XX, a integração regional consolida-se como importante fenômeno internacional, por meio do estreitamento dos laços políticos e econômicos entre povos que compartilham herança histórica e proximidade geográfica. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai constituem, em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), visando ampliar as dimensões dos respectivos mercados nacionais por meio do processo de integração regional. Em 2008, doze países Sul americanos criam a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), tendo por objetivo construir uma identidade e cidadania própria, contribuindo para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe. Desde a criação destas instituições, diversas iniciativas, projetos e empreendimentos têm sido planejados e executados, resultando em diversas manifestações sociais frente aos diversos impactos ambientais, sociais e culturais que afetam, direta e principalmente, populações locais e tradicionais. Nesta perspectiva, o presente artigo visa identificar e analisar como a questão ambiental tem sido incorporada nas iniciativas integracionistas do MERCOSUL e da UNASUL. Parte, metodologicamente, da revisão bibliográfica e documental dos tratados, acordos e comunicados oficiais, dentre outros registros e textos que definem suas estruturas formais e normativas. A partir de um olhar mais pragmático, fundamenta-se nas características e impactos de dois projetos geoestratégicos ao território latino americano, um na Bacia do Prata - a hidrovía Paraná-Paraguai -, e outro na Bacia do Amazonas - o complexo hidrelétrico do rio Madeira -, procurando ilustrar a incongruência entre a intenção declarada nos documentos oficiais em prol da sustentabilidade ambiental e a realidade dos empreendimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** integração regional, MERCOSUL, UNASUL, questão ambiental, projetos de infraestrutura.

\*Advogada, Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR, Especialista em Direito Ambiental Internacional. Email: danielarslongo@gmail.com

\*\*Bacharel em Gestão Ambiental, UFPR. Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Email: canton.mc@gmail.com

\*\*\*Socióloga e professora da UFPR; Doutora em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade de Aberdeen, Escócia; Especialista em Políticas Públicas Ambientais na América Latina. Email: sigandersen@netpar.com.br

\*\*\*\*Formada em Ciência Política e Administração Pública, ESAP- Colômbia. Especialista em Direito Público Financeiro, Universidade Libre de Colômbia; Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. Email: soraya.romerov@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos o fenômeno da integração regional tem se expandido fortemente na América Latina e, na atualidade, não há um país deste continente que não pertença a algum tipo de modelo integracionista, cada um deles, com diferentes níveis de profundidade, capacidade institucional e harmonização setorial. Nessa nova configuração geopolítica e geoeconômica do continente há um amplo espectro de temas que reivindicam análise profunda e que envolvem múltiplos atores, além do governamental, para seu amplo entendimento

A partir dos anos 1990, constrói-se a chamada cooperação Sul-Sul, entre países em desenvolvimento, com a formação de vários blocos econômicos, dentre eles, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), constituído pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, inicialmente, tendo por objetivo ampliar as dimensões dos respectivos mercados nacionais por meio da integração regional. Quase duas décadas depois, no ano de 2008, formada por 12 Países-Membro<sup>1</sup>, foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que conferiu personalidade jurídica internacional à América Latina, concedendo-lhe o “*status*” de organização internacional reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O presente artigo visa identificar e analisar como a questão ambiental tem sido incorporada nas iniciativas integracionistas do MERCOSUL e da UNASUL. Atendendo a este objeto de estudo, a metodologia parte da revisão bibliográfica e documental dos tratados, acordos e comunicados oficiais, dentre outros registros e textos que definem suas estruturas formais e normativas, passíveis de análise. Por outro lado, e a partir de um olhar pragmático, fundamenta-se nas características e impactos de dois projetos geoestratégicos ao território sul americano, um na Bacia do Prata e outro na Bacia do Amazonas. Desta forma, procura-se ilustrar a incongruência entre a intenção declarada nos documentos oficiais em prol da sustentabilidade ambiental e a realidade dos empreendimentos, ilustrando algumas das consequências e implicações ambientais geradas na implantação desses projetos. A relevância deste estudo justifica-se pelas implicações das políticas integracionistas latino americanas em torno da questão ambiental, observando suas relações e articulações no intuito de sustentar o objetivo proposto pelos autores.

## 1. OS BERÇOS DAS INICIATIVAS INTEGRACIONISTAS DO MERCOSUL E DA UNASUL



Os processos de integração regional têm adquirido, nos últimos anos, uma relevante importância, no marco de uma dinâmica complexa e assimétrica da ordem mundial. De acordo com Almeida (2002), embora a designação de “bloco regional” possa ser aplicada a qualquer grupo de países vinculados pela contiguidade geográfica (blocos asiático, africano ou latino americano) ou por acordos intergovernamentais de tipo econômico ou político, o termo, em sua acepção restrita, refere-se a agrupamentos de caráter comercial resultando um projeto integracionista. Constitui-se, desta forma, como um mecanismo de fortalecimento político e econômico e de coordenação entre governos que compõe determinado Bloco, visando o estabelecimento de políticas setoriais alinhadas, objetivadas em representar os interesses dos países membros nas diversas instâncias das negociações internacionais. Além disso, fundamentam-se na premissa da autodeterminação dos povos, que promove a independência e a autonomia dos países na defesa de interesses e resolução de conflitos de grande importância regional, os quais, nem sempre podem ser efetivamente manejados ou resolvidos isoladamente.

O término da Guerra Fria, que rompe a forma tradicional de se desenhar e exercer a política internacional entre nações, e a consolidação do projeto do Mercado Único Europeu, produzem, na América Latina, o surgimento de um modelo integracionista materializado como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Como seu próprio nome indica, responde a uma aproximação dos países do Cone Sul ao redor de objetivos econômicos e comerciais. Neste cenário mundial, o MERCOSUL foi considerado como uma resposta de integração alternativa frente à nascente União Europeia (UE), em primeiro lugar, e posteriormente, às ações derivadas da “Iniciativa pelas Américas” (Lozano, 1993)<sup>2</sup>

No plano regional, o MERCOSUL origina-se depois de um complexo processo de redemocratização que se estende pela América Latina, e na tentativa de gerar consensos entre dois países tradicionalmente rivais, Argentina e Brasil. Esses dois países, mergulhados em confrontos políticos históricos, até então, não haviam conseguido construir uma agenda bilateral mais ampla. Em 1985, um novo enfoque no diálogo facilitou as ações de cooperação e de trabalho conjunto: o Programa de Integração e Cooperação Argentina-Brasil (PICAB), representando o primeiro passo no caminho da integração e que conduziu a um segundo acordo, em 1988 e; o Tratado de Cooperação Argentina-Brasil (TCAB), subscrito pelos então presidentes do Brasil e da Argentina, José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente. O resultado desse novo diálogo resultou, mais adiante, na formação do MERCOSUL, juntamente com Paraguai e Uruguai.



É relevante destacar, neste ponto, que similar ao processo da União Européia, a origem do MERCOSUL tem seu fundamento no consenso político intergovernamental, pois só depois de procurar elementos comuns de acordo e de demonstrar uma positiva vontade de negociação, foi possível considerar a formação de um bloco econômico entre estes países e os novos associados. Embora as motivações da integração, neste cenário, tenham seu berço na narrativa e na estratégia política, seus objetivos são expressamente econômicos, sendo a união aduaneira e o fortalecimento de um mercado comum os eixos fundamentais consolidados através do Tratado de Assunção, que cria o MERCOSUL, em 1991. No entanto, vale salientar que estes propósitos não são sempre coerentes com os resultados e prazos acordados. A união aduaneira e a definição de uma política de comércio exterior conjunta, apesar dos avanços, continuam sendo figuras em construção, da mesma forma a livre circulação de bens e fatores produtivos (mão de obra, capital) que ainda não se concretizaram no âmbito do MERCOSUL.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), por sua vez, representa outro espaço de integração regional, que reúne a Bolívia, Suriname, Guiana, Colômbia, Argentina, Peru, Chile, Venezuela, Equador, Paraguai, Uruguai e o Brasil; com uma natureza e elementos diferentes do MERCOSUL, mas também procurando o fortalecimento no contexto internacional através da união, do diálogo e da participação ativa dos Países Membros. O nascimento desta proposta e seu conteúdo ideológico podem ser claramente identificados no seguimento das diferentes reuniões feitas entre os presidentes desses países, ocorridas ao longo da década dos 2000.

O *Primeiro Encontro Sul-Americano de Presidentes*, ocorrido na cidade de Brasília, em 2000, dá início a esta cronologia, no marco dos quinhentos anos da descoberta do Brasil. Expõe no seu comunicado oficial, conhecido como *Comunicado de Brasília*<sup>3</sup>, a necessidade e a preocupação em promover, nas relações entre países sul americanos, a harmonia entre os povos e o espírito do entendimento, assim como a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, sendo estes os elementos chave do desenvolvimento sustentável. Além disso, reconhece a existência de um laço de amizade e fraternidade historicamente visível entre os povos latinos que os caracteriza e identifica, no contexto mundial.

Posteriormente, no ano de 2002, na cidade de Guayaquil, ocorreu o *II Encontro de Presidentes da América do Sul*, mais conhecido como o *Consenso de Guayaquil sobre Integração, Segurança e Infra Estrutura para o Desenvolvimento*<sup>4</sup>. Neste Encontro, são ratificados os princípios estipulados no *Comunicado de Brasília*, ao passo que tomou



maior protagonismo o tema da luta contra as drogas e o terrorismo, assim como a proteção da democracia, visando mobilizar as ações que fossem necessárias para tal fim, caso acontecesse uma situação de ameaça à mesma nos países membros<sup>5</sup>. Mesmo que a democracia tenha sido incorporada como um conceito chave nos documentos oficiais derivados deste encontro, ela foi considerada, neste cenário a partir de parâmetros fundamentalmente econômicos, deixando para um segundo momento, a discussão sob outros elementos constitutivos desta.

Observa-se que a falta de recursos econômicos, a queda nos investimentos do capital financeiro, a situação de desemprego, a pobreza, entre outros fatores, são fenômenos que podem levar à desestabilização dos sistemas democráticos. Preocupação esta que gerou, naquela ocasião, a necessidade de se criar um organismo de solidariedade e apoio financeiro para a democracia. Para enfrentar a pobreza e conduzir os povos latino-americanos pelo caminho dos benefícios da sociedade moderna, os chefes de Estado dos países-membros, consideraram que deveriam ser desenvolvidas ações eficientes e planejadas no campo da infraestrutura, comunicação, transporte e energia, sob os seguintes enfoques: perspectiva geoeconômica, sustentabilidade social, eficiência econômica, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento institucional.

Neste contexto, aparece a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), no inventário documental, como modelo para a integração multisetorial, aonde a iniciativa do capital privado é altamente fomentada, visando unificar áreas costeiras do Caribe, Pacífico e Atlântico com o interior do continente, acarretando aumento de competitividade, sinergia comercial e agregação de valor aos recursos naturais do continente. Como envolve uma aproximação entre diversos países, a IIRSA contempla certos princípios orientadores para guiar as ações dos governos e das instituições financeiras. Estes princípios orientadores caracterizam-se pelo: a) regionalismo aberto; b) Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID); c) sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional; d) aumento do valor agregado da produção; e) tecnologia da informação; f) convergência normativa, e; g) coordenação público-privada<sup>6</sup>.

Avançando na cronologia destes encontros de caráter regional, na Cúpula de Presidentes da América do Sul, ocorrida na cidade de Cuzco<sup>7</sup>, em 2004, cria-se a Comunidade Sul Americana de Nações (CSN), com a qual se pretendeu integrar os espaços do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações (CAN), tendo como objetivo criar uma unidade política, econômica e comercial, através do fortalecimento da zona de



livre comércio, da integração física, da integração energética, de telecomunicações e a harmonização das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural. Nos encontros posteriores, em 2005 e 2006, o que se fez foi ratificar a agenda de desenvolvimento baseada nos princípios e nas estratégias comentadas previamente, fazendo sempre alusão às aspirações de mártires como Simón Bolívar e São Martín sob a unidade dos povos<sup>8</sup>.

Em 2007, ocorre um momento significativo que definiu de forma substancial o conteúdo programático da CSN, que foi o *Primeiro Encontro Energético Sul Americano*, na Ilha de Margarita, na Venezuela, coerente com um contexto internacional que privilegia cada vez mais o setor energético como meio para gerar progresso técnico e valor agregado interno nos países – elementos, em teoria, capazes de promover o desenvolvimento sócio econômico e a superação da pobreza<sup>9</sup>. Este encontro, em comento, dá relevância ao fortalecimento das relações entre os países membros a partir do uso sustentável dos seus recursos e potencialidades energéticas, aproveitando assim as complementaridades econômicas que contribuem para diminuir as assimetrias existentes no interior da região e avançar na unidade sul americana, doravante denominada UNASUL. Esta iniciativa foi ratificada no ano seguinte, em 2008, com o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul Americanas, dotada de personalidade jurídica internacional.

A partir do acima exposto, é evidente que mesmo com alguns antecedentes na antiguidade (Liga Ateniense ou Liga Hanseática, no começo da Idade Moderna), o processo integracionista regional do século XX, constitui-se como um fenômeno particular, coincidindo com a emergência da ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial. O processo de formação dos blocos regionais contemporâneos está diretamente relacionado com os processos de integração e abertura econômica (Almeida, 2002, p. 5), conforme veremos a seguir.

## **2. INTEGRAÇÃO REGIONAL, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE**

A contiguidade geográfica é um dos fatores chave para a construção de um projeto integracionista que nasce na vida jurídica por meio de acordos intergovernamentais. Esse projeto pode ser de natureza financeira, econômica e comercial, de desenvolvimento científico e tecnológico, de defesa e segurança territorial, dentre outros objetivos agregados. De qualquer forma, tem-se sempre presente que o projeto de integração entre países não podem se desenvolver na ausência de um diálogo político entre as partes.



Dentro desta lógica, a questão ambiental adquire consumada relevância ao inserir-se no espaço geográfico demarcado para integração. Nesse espaço estão o ambiente natural e os recursos naturais que constituem, ao mesmo tempo, patrimônio natural e base material para o desenvolvimento. A questão ambiental torna-se, portanto, um tema da política internacional, reivindicando novas relações entre Estado, Sociedade e Mercado.

O debate entre comércio e meio ambiente vem sendo debatido há muitas décadas, sendo retomado no Relatório Brundtland, também denominado “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987; e, posteriormente, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada pela ONU na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Mais recentemente, um dos temas levados ao debate na Conferência Rio + 20, foi o da economia verde que, implicitamente, envolve os efeitos do comércio sobre o meio ambiente.

O “Nosso Futuro Comum” chamava atenção para os riscos do modo como o mundo vinha se desenvolvendo e reivindicava a formação de uma aliança global no intuito de planejar um futuro sob novas perspectivas. Reconhece a estreita relação entre meio ambiente e desenvolvimento e propõe um novo conceito a ser seguido: o desenvolvimento sustentável. Esse conceito vem a ser consolidado, mais tarde, na Rio-92, fundamentando-se num modelo de desenvolvimento econômico capaz de garantir a preservação do meio ambiente e promover a justiça social de forma equitativa e duradoura, tendo como referência as futuras gerações, conforme o Princípio 3 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>10</sup>, em 1992. Essa definição, por excelência, refere-se à integração entre a economia, o ambiente e a sociedade e muda o parâmetro do debate ambiental em todo o mundo, inclusive nos países latino americanos.

Naquele momento, anos 90, evidencia-se uma extraordinária abertura comercial dos mercados e a conseqüente globalização financeira e produtiva da economia mundial, ao passo que, de outro, surgem correntes científicas e movimentos organizados em busca de uma nova governança ambiental internacional, fundamentada pela utilização racional e conservação dos recursos naturais.

O marco jurídico de institucionalização do MERCOSUL, o Tratado de Assunção, atento a essa conjuntura político-internacional, em transição na década de 1980/1990, absorve e internaliza, de forma oportuna, em seu preâmbulo, os fundamentos



motivadores das discussões em pauta na agenda internacional. Com propriedade, estabelece como princípios norteadores do MERCOSUL,

*(...) o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas, a de políticas macroeconômica, da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio. (grifo nosso)<sup>11</sup>*

Salienta, ainda, que o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis e a preservação do meio ambiente devem ser um dos meios para alcançar a ampliação e fortalecimento dos mercados, acelerando os processos de desenvolvimento econômico dos Países Membros (do MERCOSUL) com justiça social.<sup>12</sup> Observa-se, portanto, uma tentativa de aproximação entre as dimensões que envolvem comércio e meio ambiente – mesmo que normas específicas de proteção ao meio ambiente não tenham sido estabelecidas como garantias de efetividade pelo respectivo Tratado –, ainda que essa aproximação apareça um pouco confusa.

Desde a constituição do MERCOSUL, em 1991, foram criados diversos fóruns de debate sobre temas transversais que ampliam o alcance de atuação do Bloco na busca de soluções conjuntas para problemas sociais e ambientais comuns. Inicialmente, no âmbito do Tratado, a questão ambiental foi vinculada ao Subgrupo de Trabalho n. 7 (SGT-7) “Política Industrial e Tecnológica” (Decisão CMC n. 01/92)<sup>13</sup>, em 1992, com a missão de coordenar, em conjunto com os demais SGTs, os trabalhos de identificação e análise das possíveis assimetrias existentes entre as legislações ambientais dos Países Membros com vistas a harmonizá-las simetricamente. Diante da notável carência contemplatória, estrutura-se, neste mesmo ano, a Reunião Especializada de Meio Ambiente (REMA) – Resolução GMC n. 22/92, a qual passou a estruturar a política ambiental intra-Bloco. No entanto, a estruturação de uma política ambiental específica do MERCOSUL começa a se estabelecer somente em 1994, uma vez definidas as “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, mediante a Resolução GMC n. 10/94.

No ano seguinte, os Ministros e Secretários de Estado, responsáveis pela área de meio ambiente dos Estados do MERCOSUL, aprovaram a Declaração de Taranco, reconhecendo a necessidade de reforçar o marco institucional para o tratamento da



temática ambiental no MERCOSUL, transformando a REMA num subgrupo de trabalho específico, o Subgrupo de Trabalho nº 6 (SGT-6) “Meio Ambiente” – Resolução GMC n. 20/95. O tratamento das questões ambientais na estrutura Institucional do MERCOSUL compete a dois foros de discussão: um técnico – o Subgrupo de Trabalho n. 6 (SGT-6); e outro político – a Reunião de Ministros de Meio Ambiente do MERCOSUL (RMMAM). O objetivo do SGT-6 é formular e propor estratégias e diretrizes que garantam a proteção e a integridade do meio ambiente dos Estados Partes em um contexto de livre comércio e consolidação da união aduaneira, assegurando, paralelamente, condições equânimes de competitividade. Já a RMMAM é a instância do MERCOSUL responsável pelo tratamento de questões ambientais politicamente sensíveis.

A tarefa prioritária deste SGT constitui-se na criação de um “Instrumento Jurídico de Meio Ambiente no MERCOSUL”, dando suporte às “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental” elencadas em 1994. A consolidação de tal instrumento se dá em 2001, através do “Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL” (Decisão CMC n. 02/01). Influenciado pelos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 em Johannesburgo, África do Sul, e pela iniciativa adotada pelos Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, institucionaliza-se – mediante a Decisão CMC n. 19/03 – a “Reunião de Ministros de Meio Ambiente” – REMA (2003), passados oito anos desde o primeiro encontro ministerial, realizado em 1995. Por sua vez, esta surge como foro político incumbido de orientar as políticas de promoção da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável nos países do Bloco, assim como nas ações de cooperação e articulação em matéria de meio ambiente entre os Países Membros.

Na evolução do processo de institucionalização da temática ambiental nas relações comerciais do MERCOSUL se institui, em 2006, as “Diretrizes de Gestão Ambiental e Produção Mais Limpa” (Decisão CMC n. 14/06), tendo como objetivo melhorar o desempenho ambiental e o perfil competitivo dos Estados Partes e Associados<sup>14</sup>, entendendo que a gestão ambiental contribui para a redução de custos operativos das cadeias produtivas, ampliando e possibilitando acesso aos mercados internacionais. Nessa mesma perspectiva, foi aprovada a Decisão CMC n. 26/07 (2007), instituindo a “Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentáveis no MERCOSUL”, fundamentando-se pelo estímulo à constituição de parcerias público-privadas visando à eficiência dos setores produtivos, implementação de processos de consumo sustentável, exploração adequada dos recursos naturais e substituindo matérias



primas, potencialmente contaminantes, por insumos alternativos de menor grau de agressão ambiental.

Ao abordar, analiticamente, o processo de institucionalização do MERCOSUL, desde 1991, Irachande, Almeida e Vieira (2010, p. 207) afirmam serem emblemáticos os distintos tratamentos e avanços relativos ao comércio e ao meio ambiente, no recorte de abrangência do Acordo. Para os citados autores,

(...) há uma crônica tendência no MERCOSUL em tratar as questões ambientais de forma periférica em relação às negociações comerciais, dando, assim, maior ênfase ao desenvolvimento e à competitividade internacional na formulação de políticas e regulamentações intergovernamentais.

Esse trato periférico explica-se pela heterogeneidade e desigualdade entre os países, à carente articulação das políticas de desenvolvimento regional e à tônica eminentemente econômica e comercial impulsionada por políticas de Estado, que nem sempre conseguem orientar-se por uma estratégia mais ampla e capaz de agregar diferentes atores e interesses da sociedade. Na visão de Pinheiro e Bassoli (2005, p. 123), “o equilíbrio entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico ainda não foi encontrado”.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, demonstra seguir o mesmo caminho no tocante à questão ambiental. Os princípios basilares que alicerçam tanto a integração quanto a união sul-americana encontram-se estabelecidos no preâmbulo do Tratado Constitutivo da UNASUL: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável. Sob esta máxima, os Países Membros declaram a vontade de avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar de seus povos, atuando como mecanismo de combate à pobreza, à exclusão e à desigualdade social que persiste historicamente na região. Além disso, a UNASUL é dotada de estrutura e orçamento próprio e, nessa condição, torna-se apta a negociar com

outros países, outros blocos econômicos e instâncias multilaterais, com mandato dos Países Membros por ela representada.

Desde a sua criação, a UNASUL tem fomentado iniciativas de modernização da infraestrutura regional e o estímulo ao comércio como estratégias principais de integração. Fundamentando-se, estrategicamente, em projetos de considerável magnitude, como os de energia e transporte, a UNASUL tem produzido uma série de externalidades negativas ao recorte espacial sul-americano, com impactos significativos às dimensões socioambientais e culturais.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) representa o instrumento de operacionalização da integração física latino-americana, direcionando a maior parte dos seus projetos para a região amazônica. Envolve centenas de projetos, pretendendo desenvolver e integrar as áreas de transportes (rodoviária, portuária, aeroportuária, hidroviária), de energia (oleodutos, gasodutos, redes de energia elétrica), e de comunicações (telecomunicações, de estações terrestres de recepção e transmissão de microondas, redes de cabos, fibra ótica e satélites). Em termos espaciais, a IIRSA estrutura-se em dez “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EID) para o continente sul americano, formados a partir de vocação produtiva, atividades econômicas atualmente dominantes, e potencialidades a serem desenvolvidas. A distribuição e área de abrangência dos respectivos eixos são ilustrados na figura 1.



**Figura 1:** Eixos ou Corredores de Desenvolvimento segundo a área de abrangência e a distribuição geográfica. Fonte: *Adaptado de ODG, 2012 (documento eletrônico)*<sup>15</sup>.



Apesar da amplitude intercontinental, a atuação da IIRSA, na região amazônica, merece relevada atenção, uma vez que a congruência fundamental dos projetos de integração física se estabelece sobre esta vasta região. Desta forma, constitui-se como área estratégica à integração intermodal latino americana. A concepção do modelo integracionista, assentado em aspectos geopolíticos e geoeconômicos, intrinsecamente orientados pelos fluxos internacionais, regionais e locais, estrutura-se em dois corredores hidroviários centrais: um no sentido norte-sul, estabelecendo a interconexão entre o Atlântico Norte (Mar do Caribe) e o Atlântico Sul (Bacia do Prata), através das hidrovias do Orinoco e do Paraguai-Paraná, respectivamente; e outro no sentido leste-oeste, integrando o Oceânico Atlântico ao Oceano Pacífico, através da hidrovia amazônica.

Observa-se, portanto, que a integração física pretendida pela IIRSA estrutura-se, basicamente, sob cinco Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), representados na figura 1: Eixo do Amazonas, Andino, Amazônico do Sul, Escudo Guianense e o Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná. A partir destes, busca-se promover a integração hidroviária Orinoco-Amazonas-Prata, sendo a região amazônica o ponto de interconexão destes corredores hidroviários. A partir desta estrutura, planeja-se a integração física com as demais modalidades de transporte – ferroviário e rodoviário -, articulando-as em malhas de alcance regional e local.

De modo geral, o que se tem observado, é que os projetos concebidos no âmbito da UNASUL-IIRSA vêm gerando impactos de toda ordem, afetando diretamente as comunidades locais, tradicionais e ribeirinhas. Essas, por sua vez, são tomadas de surpresa quando os projetos são instalados já que a concepção e desenho dos mesmos são formulados apenas no âmbito governamental. Para o ano de 2012 foram previstos investimentos da ordem de US\$ 10 milhões, com prioridade para a construção de hidrelétricas, estradas, ferrovias e hidrovias visando à modernização da infraestrutura regional e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas<sup>16</sup>. Certamente, um estudo mais aprofundado sobre as implicações ambientais, sociais e culturais dos projetos em pauta se faz necessário.

### **3. AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS DA INTEGRAÇÃO**

A intensificação da atividade econômica e a expansão das fronteiras comerciais apresentam, no conjunto de interfaces, uma dimensão ambiental. Estudos realizados pela Comissão Econômica Européia (1992, p.8) já apontavam implicações ambientais que poderiam ocorrer no processo de integração e sua consolidação. Esses impactos



poderiam ser analisados sob uma perspectiva econômica e espacial, com efeitos estáticos e dinâmicos.

Os impactos não seriam uniformes e dependeriam do tipo de produtos e atividades econômicas a serem estimuladas. No que se refere aos aspectos estáticos, menciona, como exemplo, a supressão das barreiras alfandegárias que atuam no controle e fiscalização do movimento de produtos perigosos e no tráfico de animais selvagens entre os países; já os efeitos dinâmicos estariam relacionados às mudanças resultantes do aumento da competição, do crescimento econômico, do uso mais eficiente dos fatores de produção e do progresso tecnológico. Os efeitos e/ou impactos de ordem espacial dependeriam da dinâmica da economia que poderia privilegiar algumas regiões para o desenvolvimento de atividades econômicas, em detrimento a outras. A tendência seria a de valorizar territórios que apresentassem vantagens sob o aspecto da produção para a exportação, a instalação de indústrias em regiões com infraestrutura já instalada, o acesso a mercados reais e potenciais e fatores relacionados à mão de obra disponível e qualificada.

Ainda não foram avaliados, no conjunto, a distribuição, natureza e extensão dos impactos ambientais gerados pela formação do MERCOSUL e da UNASUL. Vários estudos vêm sendo elaborados, mas de forma pontual e fragmentada, faltando um estudo de maior abrangência que possibilite um real entendimento e categorização das implicações ambientais, resultantes do processo integracionista regional<sup>17</sup>. É reconhecido, porém, que os projetos de infra-estrutura, como os de transporte e de energia, são geradores de grandes impactos, evidência que se comprova pelas exigências dos Estudos de Impacto Ambiental EIA/RIMA, tanto por parte dos agentes financiadores - como os Bancos multilaterais - quanto por determinações legais instituídas no âmbito das políticas ambientais de cada país envolvido no projeto.

Nesse contexto, dois projetos de infraestrutura pretendidos para a região merecem destaque e foram escolhidos, nesse artigo, para análise. O primeiro caracteriza-se como um projeto da área dos transportes – a Hidrovia Paraguai-Paraná – pretendido para a Bacia hidrográfica do Prata e considerado estratégico para dinamizar o comércio no âmbito do MERCOSUL; o outro, consiste em projeto planejado com vistas à integração energética enquanto eixo prioritário da UNASUL - o Complexo Hidroenergético do Rio Madeira.

Essa análise não pressupõe, enquanto objetivo, avaliar a diversidade e complexidade das implicações ambientais destes empreendimentos, sendo de



responsabilidade exclusiva dos respectivos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente (RIMAs). Tampouco, se pretende avaliar a pertinência e eficácia desse instrumento da política ambiental. O que se propõe é situar a questão ambiental no contexto destes empreendimentos, tendo por base três aspectos: a finalidade dos projetos, os órgãos de financiamento envolvidos e as manifestações da sociedade civil. Antes, porém, os autores dedicam um preâmbulo para o entendimento do papel das agências de financiamento e setores empresariais atuantes no MERCOSUL e na UNASUL.

### **3.1. FONTES DE APOIO E FINANCIAMENTO**

Além dos recursos aportados pelos países-membros, individualmente, em programas e projetos para a integração regional, estão envolvidos diretamente no financiamento do MERCOSUL e da UNASUL, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)<sup>18</sup>, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e o Fundo Financeiro da Bacia da Prata (FONPLATA), além de atores do setor empresarial público, como Eletrobrás e Petrobras, e do setor empresarial privado, como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, General Electric e a Companhia Vale do Rio Doce, dentre outras reconhecidas neste meio (Verdum, 2007, p. 22).

Segundo Verdum (2007, p. 14), a iniciativa da IIRSA e o Programa de Aceleração do Crescimento 2007/2010 (PAC), do governo federal brasileiro, se implementados numa projeção ao longo dos próximos dez anos, deverão consolidar e promover mudanças substantivas na forma de ocupação dos espaços territoriais brasileiro e sul-americano, particularmente da Amazônia continental. Isso se deve, principalmente, ao fato de que ambas as estratégias de desenvolvimento preveem um número considerável de grandes obras de infraestrutura, em particular as ligadas aos setores de transporte (terrestre e fluvial) e energia (barragens e linhas de transmissão).

Torna-se evidente que, tanto na IIRSA quanto no PAC, há uma agenda comum que articula diferentes interesses ao redor de um plano superior para a transformação tecnológica, comercial e social do continente, que considera a superação da pobreza como uma das suas principais prioridades, baseado nas seguintes estratégias: a) constituição de economias industriais de massa; (b) do crescimento econômico acelerado, puxado pelos setores mais dinâmicos e competitivos; e (c) de uma maior integração interna dos territórios. A forma como estas estratégias de desenvolvimento são



financiadas, é através do BNDES no âmbito internacional, pois dá apoio às empresas brasileiras que estejam executando projetos nos países Sul Americanos, e por meio do PAC, dentro do território brasileiro.

Paralelamente, outras instituições supranacionais com presença histórica no contexto regional, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), as quais surgiram com a finalidade de fornecer apoio técnico aos governos nas políticas públicas para a superação da pobreza, de promoção e proteção do meio ambiente e de fomento ao regionalismo aberto, estão constituindo-se, paradoxalmente, em agências de fomento ao modelo integracionista do IIRSA (Verdum, 2007, p. 23-24).

Essa articulação entre governos, Bancos, empresas e agencias das Nações Unidas é notória em projetos como a Hidrovia Paraná-Paraguai e nas hidrelétricas projetadas para o rio Madeira, na Amazônia, como explicado a seguir.

### **3.2. A HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

A Bacia hidrográfica do Prata abrange territórios de cinco países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. No plano geográfico, a Bacia do Prata, com seus 3.209 km<sup>2</sup> de extensão, abrange territórios dos quatro países do MERCOSUL na formação do mercado único. É justamente nesta grande bacia hidrográfica onde há e haverá maior circulação de pessoas, produtos e capitais, dada a proximidade das fronteiras; é ali onde vários projetos de infra-estrutura de transporte e energia serão e estão sendo projetados.

O eixo principal da bacia tem sentido norte-sul e as águas, de todo o conjunto, convergem para o Atlântico, desaguardo no estuário do Rio da Prata, junto à Buenos Aires e Montevideu. No extremo Norte, a Bacia hidrográfica do Prata tem como limites o Planalto Brasileiro e a Amazônia; a Leste, é limitada pelas cabeceiras do rio São Francisco e pela Serra do Mar; no extremo Oeste, os limites são a cordilheira dos Andes (cotas altimétricas de 1000m a 4000m) e, ao Sul, é limitada pelas *coxilhas gaúchas* de pequenas altitudes.

De acordo com Tucci (2004, p. 41), a Bacia do Prata concentra 70% do Produto Interno Bruto (PIB) dos quatro países. Grandes metrópoles como São Paulo, Buenos Aires, Montevideu e Assunção, assim como a região pampeana, o Chaco semiárido e o

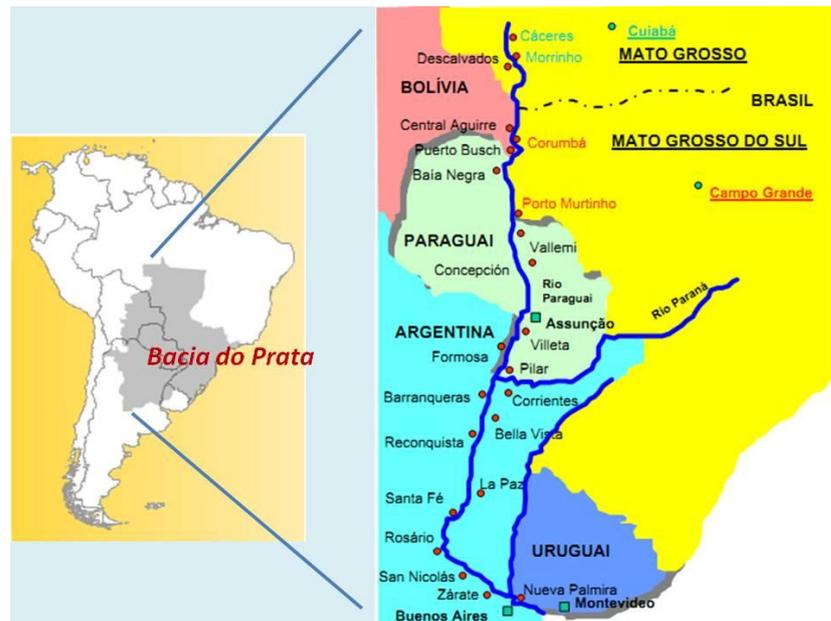


Pantanal - maior ecossistema aquático do mundo -, localizam-se neste espaço geográfico. Uma vez formada por rios transfronteiriços e internacionais, a gestão compartilhada de seus recursos hídricos deve fundamentar-se em procedimentos harmônicos e com respeito à soberania dos cinco países integrantes.

### **3.2.1. A tentativa de implantação da hidrovia**

O projeto da hidrovia começou a ser formulado, pelos cinco países, em 1987, e foi anunciado, oficialmente, em 1988. Em janeiro de 1987, foi aprovado um estudo preliminar de viabilidade econômica realizado pela consultora brasileira Internave, que propunha várias intervenções ao longo dos rios da Bacia, como dragagens e derrocagens para possibilitar o fácil trânsito das embarcações. Em maio de 1990, é criado o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) cuja função era planejar e implementar o projeto da hidrovia. Em 1995, iniciaram-se novos estudos de factibilidade econômica e de engenharia que foi seguido por um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), exigido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como condicionante para o empréstimo financeiro da obra (Andersen, 1994)

O empreendimento da Hidrovia Paraguai-Paraná ou Hidrovia Platense estende-se desde o município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, até Nueva Palmira, no Uruguai. No Rio Paraná, a hidrovia é dividida em dois trechos pela Barragem de Itaipu. O primeiro trecho é compreendido entre a cidade de São Simão (GO) até Itaipu; e o segundo, de Itaipu até o Uruguai, onde desemboca no Oceano Atlântico. Constitui-se em 3.442 quilômetros de extensão cortando metade da América do Sul; destes, 2.202 quilômetros de Cáceres/MT até a divisa com o Paraguai e Argentina (Pires, Da Silva; 2009, p. 134), demonstrado no mapa abaixo (figura 2).



**Figura 2:** Localização e área de influência da Hidrovia Paraguai-Paraná. Fonte: AHIPAR *apud* ANTAQ, 2012<sup>19</sup> (Adaptada).

De acordo com Andersen (1994, p. 21), a Hidrovia Paraguai-Paraná representa uma das principais vias de transporte para o abastecimento do Paraguai e para o transporte da produção mineira de Urucúm e El Mutúm, situados às margens do rio Paraguai, no seu trecho entre Bolívia e Brasil. É intensamente utilizada na Argentina para o transporte de cereais, tanto por embarcações fluviais quanto por barcos oceânicos. Com a expansão da fronteira agrícola sobre a região amazônica, tem-se intensificado o processo de utilização da Hidrovia para o transporte de soja brasileira e boliviana, destinada aos mercados norte americano e europeu.

Segundo esta autora, três razões básicas justificam a estratégia multilateral dos países envolvidos no intuito de impulsionar maior e melhor navegação da Hidrovia, transformando-a na espinha dorsal do comércio fluvial do MERCOSUL: a) o baixo custo desta modalidade de transporte; b) o potencial produtivo desta região com vistas à exportação (minerais, soja, dentre outros) e a possibilidade de interconexão entre o transporte fluvial e marítimo e; c) a viabilidade econômica na adequação operacional do empreendimento – procedimentos que vão desde a solução de aspectos jurídicos, normativos e operacionais, até a execução de obras de engenharia de expressiva envergadura para tornar seu uso permanente.



As obras de engenharia necessárias são os derrocamentos, dragagens, canalizações, retificação dos rios e construção de portos. Por sua vez, essas obras de engenharia fluvial poderão causar impactos negativos diretos ao ecossistema pantaneiro, bem como ao sistema hidrológico da Bacia do Prata, caso não sejam observadas as variáveis ambientais envolvidas. O Pantanal desempenha importante função regulatória na hidrodinâmica regional, constituindo-se numa planície de drenagem que regula os regimes de subida e descida do rio Paraguai. Constitui-se, ainda, num eficiente filtro biológico de absorção de nutrientes e sedimentos, garantindo a qualidade das águas à jusante do complexo pantaneiro e, conseqüentemente, pela Bacia do Prata.

Com base nesses aspectos, a dragagem e drenagem do rio Paraguai, contempladas no projeto da Hidrovia (trecho entre Corumbá e Puerto Quijarro, num total de 672 km), podem causar uma série de externalidades à montante e à jusante, provocadas pela alteração da hidrodinâmica natural do rio com o aumento da velocidade das águas, a alteração e desestabilização do regime hídrico entre os rios Paraná e Paraguai, inundações em trechos de rios da Bacia, vulnerabilidade do complexo ecossistêmico pantaneiro e conseqüências às práticas culturais e socioeconômicas, afetando diretamente hábitos e costumes das comunidades pantaneiras<sup>20</sup>.

### **3.2.2. A reação da sociedade civil**

O projeto da hidrovia Paraguai-Paraná, desde seu anúncio, gerou grande preocupação entre ONGs ambientalistas, movimentos sociais e grupos indígenas da região devido aos impactos que geraria. Essas preocupações foram expressas em várias conferências regionais e na formação da coalizão “Rios Vivos”, uma rede composta por aproximadamente 80 entidades da sociedade civil da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, além de organizações ambientalistas internacionais.

A rede “Rios Vivos” acompanhou todo o processo de planejamento e estudos para a execução da hidrovia recomendando que: a) o projeto deveria incluir, na totalidade e explicitamente, os benefícios e custos ambientais de modo a mostrar, claramente, as vantagens e desvantagens da hidrovia a curto, médio e longo prazos; b) o EIA/RIMA deveria, portanto, ser elaborado possibilitando um cálculo real sobre a eficiência econômica do projeto incluindo custos sociais e ambientais, e o interesse público e privado no projeto; c) o CIH deveria ser transparente e informar ao público e às comunidades da Bacia Platina todas as etapas do desenvolvimento da obra e, por fim, c) deveria garantir o direito básico das comunidades em decidir sobre que tipo de projeto e



modelo de desenvolvimento se queria, de modo a beneficiar as populações locais e tradicionais “e não apenas certos grupos de grandes produtores industriais e agrícolas, dentro e fora da região platina” (Boletim Rios Vivos, 1997, p. 3).

No reforço crítico ao projeto da hidrovia, e já finalizado o EIA/RIMA do BID elaborado pelas empresas Taylor-Golder-Consular-Connal, em 1997, outra ONG, desta vez a World Wildlife Fund (WWF), financia um estudo crítico do mesmo EIA/RIMA. Esta ONG internacional contrata uma equipe multidisciplinar e independente para elaborar o “contra EIA/RIMA”, iniciativa inédita no continente. Essa análise resultou na publicação “Fato ou Ficção: Uma Revisão dos Estudos Oficiais da Hidrovia Paraguai-Paraná” com 222 páginas, apontando deficiências metodológicas na avaliação de alguns impactos do meio biótico e abiótico e tecendo críticas aos estudos de viabilidade econômica.

As pressões exercidas contra os cinco governos pela não implementação da hidrovia exercida pela rede de ONGs Rios Vivos e pelos estudos da WWF-Brasil fizeram com que o governo brasileiro reavaliasse o projeto. De acordo com Borges et al. (2000 *apud* Da Silva, Rocha e Ikeda-Castrillon, 2004, p. 2), em março de 1998, o governo brasileiro recusa sua implantação. Porém, não ficou descartada a possibilidade de haver intervenções no rio Paraguai abaixo de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Em maio de 2000, houve a tentativa de se construir o Porto de Morrinhos no município de Cáceres (MT), como estratégia para viabilizar a hidrovia em partes, sem apresentação e apreciação de um projeto integral e seu respectivo EIA/RIMA. A tentativa de construção deste porto foi indeferida pela Justiça Federal (Viana, 2001 *apud* Da Silva, Rocha e Ikeda-Castrillon, 2004, p. 2). Entrevistas desenvolvidas pelos autores em 2003 e 2004, junto a pescadores, ONGs, sociedade civil organizada e órgãos governamentais de Cáceres-MT, demonstra continuar havendo grande resistência local quanto à implementação da Hidrovia Paraguai-Paraná, frente aos possíveis impactos e externalidades negativas do transporte fluvial ao leito do Rio Paraguai e ao complexo pantaneiro.

### **3.3. O COMPLEXO HIDROENERGÉTICO DO RIO MADEIRA**

Os projetos de infraestrutura previstos para a complexa e extensa Bacia Hidrográfica Amazônica, dentre eles o Complexo do rio Madeira (Brasil e Bolívia), são concebidos no âmbito da IIRSA e sob o aporte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com Verdum (2007, p. 17), estas duas iniciativas de integração das infraestruturas expressam o papel protagonista exercido pelo Brasil no processo da integração competitiva sul-americana. A IIRSA, delimitando sua área de atuação no



subcontinente americano, e o PAC no âmbito nacional. Para o autor, o Brasil e as políticas geoeconômicas brasileiras para os países vizinhos são, hoje, a grande força motriz do processo de integração em curso, que tem suas raízes conceituais e metodológicas desenvolvidas no Brasil, nos primeiros anos da década de 1990. Estudos geopolíticos, porém, já mostravam que a estratégia hegemônica brasileira sob o continente sul-americano já vinha sendo concebida desde 1940, com as teorias de Mário Travassos (Travassos, 1947).

O Complexo do Madeira ocupou, ao longo do ano de 2007, o cenário das principais polêmicas e debates no âmbito regional (entre Bolívia e Brasil), nacional e local, tendo em vista a divulgação da construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, a construção de um corredor hidroviário conectando Brasil e Bolívia, além de outros projetos de grande magnitude previstos para essa porção amazônica. Essa carteira de iniciativas constitui-se em projeto estratégico para a economia brasileira, diante do potencial facilitador apresentado no escoamento da produção de soja da região Centro-Oeste e Sul do Amazonas para portos localizados no Peru. Estudos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Brasil demonstram que a extração de madeira, a pecuária e as lavouras de soja, milho e algodão são as atividades econômicas que mais têm demandado os chamados projetos de infraestrutura – rodovias, hidrovias, barragens e usinas hidrelétricas, expansão da rede de distribuição de energia elétrica e gás, entre outros – e induzido migrações na região. A elas se soma a exploração mineral, outra atividade de grande impacto ambiental e uma queda significativa na qualidade de vida (Verdum 2007, p. 34).

Dentre os três setores estratégicos de atuação da IIRSA – infraestrutura de integração física, energética e de telecomunicações -, observa-se ser a prioridade desta, a integração física do continente, através da interconexão das malhas e modalidades de transporte (hidroviário, ferroviário e rodoviário), com recursos provenientes das diferentes fontes de financiamento: Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e o Fundo Financeiro da Bacia da Prata (FONPLATA), além das fontes privadas. Os projetos hidrelétricos em território nacional, especificamente, como os projetos de Jirau e Santo Antônio são desenvolvidos no âmbito do PAC. Entretanto, com recursos do BNDS, empresas brasileiras estatais, como as Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), assim como empresas privadas do setor de infraestrutura energética (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, General





Segundo Santos (2007), a matriz energética brasileira está calcada, principalmente, nos derivados de petróleo (38,4%), seguido da hidroeletricidade (15%), cana de açúcar (13,9%) e madeira e outras biomassas (13,1%). O gás natural alcança o percentual de 9,3% e o carvão mineral 6,4%. O potencial hidráulico para geração de energia elétrica é considerado a principal vantagem competitiva do Brasil, com grande potencial de expansão. Este, por sua vez, contribui atualmente com 85,4% da produção de energia elétrica brasileira, com potencial estimado de geração em 260 GW. Segundo dados oficiais do Ministério das Minas e Energia, atualmente são aproveitados cerca de 28% deste potencial, o que representa uma fronteira aberta e convidativa à investimentos prioritários à expansão produtiva<sup>22</sup>.

### **3.3.1 Do potencial hidroenergético às crises e (re)arranjos institucionais**

Conforme visto anteriormente, a polêmica gerada em torno do Complexo do Madeira foi enorme e ainda está presente. De acordo com Verdum (2007, p. 31), apesar da redução no número dos críticos ao projeto, particularmente em Rondônia, ainda tem sido possível manter uma ativa campanha para identificar os reais interesses e os impactos envolvidos no Complexo Hidrelétrico-Viário do Rio Madeira e os incertos resultados positivos anunciados pelo governo e pelos interesses empresariais e financeiros para a região, no médio prazo.

A licença prévia para Santo Antônio e Jirau, concedida pelo governo federal que pretendia viabilizar o leilão para a concessão de uso, saiu mesmo depois da contestação categórica do EIA/RIMA pelo próprio IBAMA, com base em uma série de estudos e pareceres elaborados por uma equipe contratada pelo respectivo Instituto. A princípio, o Complexo Hidroenergético e Viário do Rio Madeira ficaria sob a responsabilidade da Construtora Norberto Odebrecht, em parceria com a estatal Furnas Centrais Elétricas S.A. O parecer técnico do IBAMA ocasionou uma crise interna no Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil, ao postular a inviabilidade do projeto por insuficiência de informações sobre os riscos de impactos sociais e ambientais, à montante e à jusante, do local de implantação das barragens<sup>23</sup>.

De acordo com Santos (2007, p.52-53), as pressões do próprio governo sobre o IBAMA e o Ministério de Meio Ambiente (MMA) não foram pequenas, com risco de enfraquecimento enquanto órgãos de licenciamento e de fiscalização dos projetos



hidrelétricos e de tantos outros projetos de desenvolvimento. Segundo o autor, cabe estranhar as medidas do governo federal relativas à tramitação em regime de urgência das análises dos EIAs/RIMAs e a consequente expedição das Licenças Prévias (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para os novos e antigos empreendimentos hidrelétricos.

Esta fragilização da institucionalidade encarregada pela gestão e proteção ambiental traz como consequência a diminuição na capacidade de negociação, a intensificação dos conflitos sociais e a perda do controle dos impactos e externalidades sobre o ambiente.

### **3.3.2 Manifestações da sociedade civil organizada**

Na visão do governo brasileiro, a implementação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau se justificam no rio Madeira, principal tributário do rio Amazonas, pelo aumento na demanda energética estimado para a próxima década. Por seu turno, o projeto de implantação requer grandes alterações na dinâmica fluvial da bacia, afetando toda a comunidade ribeirinha inserida na área de influência direta e indireta dos empreendimentos, suas atividades cotidianas, práticas agrícolas e meios de sustento.

Vainer (2007, *apud* Verdum, Idem, p.16) ao analisar as transformações ocorridas no setor elétrico brasileiro ao longo dos últimos 25 anos, observa que, não obstante aos esforços empreendidos por setores da sociedade civil e ambientalistas reivindicando que o setor incorporasse questões sociais e ambientais à sua agenda, ainda hoje “rios, populações, regiões inteiras são entregues a um punhado de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, do setor mineiro-metalúrgico-energético, em nome de um desenvolvimento cujos custos e benefícios não têm sido adequadamente medidos, como, muito menos ainda, a forma como eles se distribuem”.

De acordo com Arismendi (2010, p.2), o processo de negociação e conciliação das diferenças identificadas no desenvolvimento do projeto se dá através da *Agenda Positiva*, sendo esta, um cenário bilateral desenvolvido pelos governos e diplomacias do Brasil e da Bolívia com o objetivo de canalizar assuntos pertinentes ao contexto da implantação das hidrelétricas<sup>24</sup>. No entanto, movimentos da sociedade civil organizada vêm questionando a parcialidade deste instrumento, à medida que não comporta, em sua estrutura, as reivindicações e alertas das comunidades locais quanto à diversidade e amplitude dos impactos dos respectivos empreendimentos. Fatores como a perda de biodiversidade –



há cerca de 750 espécies de peixes e 800 espécies de pássaros ao longo do corredor ecológico do Madeira – e o aumento de doenças como a malária na região de Jirau, bem como a relativização dos direitos relacionados à autonomia dos povos indígenas, entre outros fatores, não tem sido internalizados ou considerados de forma pertinente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Iniciativas de integração regional, como o MERCOSUL e a UNASUL, são caracterizadas por estreitas parcerias entre atores públicos (representados fundamentalmente pelo Estado e os governos locais) e atores privados, como as empresas executoras dos projetos e o capital investidor. São, no entanto, determinantes de uma nova ordem social, cujos impactos e efeitos sob a população latino americana extrapolam as estratégias de fortalecimento dos mercados e da ampliação da infraestrutura regional. Enquanto conteúdo programático, estas duas iniciativas integracionistas fazem alusão contínua e enfática aos princípios da defesa da democracia e ao direito dos povos à autodeterminação. Contudo, há uma grande ingerência do mercado sobre o desempenho político dos Países Membros, levando à relativização destes princípios na medida em que estão sendo privilegiados na negociação, coordenação e controle dos projetos em desenvolvimento, interesses particulares que respondem à lógica do mercado. Portanto, o que está em jogo é o modelo de desenvolvimento optado pelos governos da América Latina nesta última década, que aloca a sustentabilidade social e ambiental em segundo plano, perspectiva esta que se faz expressa no contexto do MERCOSUL e da UNASUL. Isto explica em grande parte a complexidade e forte polarização do debate que este cenário apresenta.

Corroboramos a visão de Verdum (2007, p.16) ao considerar que os processos de planejamento do desenvolvimento, longe da narrativa política ou ideológica que os legitima, são na realidade estruturas de produção e reprodução do capital num contexto que dá relevância à lógica do mercado em detrimento da função social do Estado. Assim, a integração dos povos e os ânimos de unidade continental perdem sua natureza enquanto princípios da autodeterminação das Nações na construção de uma agenda latino americana alternativa.

O volume de recursos focalizados no desenvolvimento do MERCOSUL e da UNASUL contrasta com os altos custos sociais e ambientais. Na perspectiva com a qual estão sendo conduzidos os projetos, a resultante demonstra que há uma relação de proporcionalidade entre o aumento das receitas dos investimentos e o espectro de



atuação dos empreendimentos e as consequências e efeitos negativos que podem ser verificados de forma particular – entretanto, não reservada – nos territórios da Amazônia e da Bacia do Prata.

A valoração econômica do ecossistema amazônico e da Bacia do Prata são temas prioritários nos centros de poder mas não ocupam o mesmo lugar na opinião pública, visto que esta se encontra altamente marginalizada e desinformada com relação a esses importantes eventos e suas reais implicações. Questões como mudanças climáticas, desmatamento, alterações no sistema hídrico, extinção de espécies endêmicas e ampliação da fronteira agrícola em direção à Amazônia são algumas das problemáticas mais sensíveis relacionadas às questões ambientais. Da mesma forma, a modificação abrupta dos usos, formas e costumes locais, a perda do vínculo do ser humano com a natureza e a terra, a alteração da noção de espaço e tempo e os rearranjos econômicos locais representam os fatores mais críticos derivados destes projetos de desenvolvimento.

Diversas mobilizações sociais e redes de ONGs lutam por posicionar a defesa e garantia dos direitos das comunidades atingidas assim como a preservação dos ecossistemas e o território, percorrendo um caminho árduo e com poder de ação às vezes limitado. Entretanto, apesar da indiferença e os resultados parciais alcançados, estas reivindicações se constituem nas formas mais legítimas de conceber a dignidade do povo latino americano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andersen, Sigrid de Mendonça (1994). Uma análise ambiental da Hidrovia Paraguai-Paraná e do eixo rodoviário da integração. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.83, p.17-32.

Almeida, Paulo Roberto de (2002) **O Brasil e os Blocos Regionais: soberania e interdependência**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v.16, n.1.

Arismendi, Marco Octavio Ribera (2010) **Las Megarepresas del Rio Madeira: ¿Qué pasará con la Amazonía Boliviana?** La Paz, Bolívia: Liga de Defensa Del Medio Ambiente (LIDEMA). 28p.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) **Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2.ed, 430 p.



Da Silva, Hugmar Pains; Rocha, Nataly Manrique; Ikeda-Castrillon, Solange Kimie (2004) **O impacto da proposta de implementação da Hidrovia Paraguai-Paraná, na visão de diversos setores da sociedade em Cáceres, MT.** Corumbá/MS: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal. SIMPAN, Sustentabilidade Regional.

European Economic Commission (1992) **The Environmental Dimension:** Task Force Report on the Environment and the Internal Market. Germany: Economica Verlag GmbH, Bonn.

Irachande, Aninho Mucundramo; Almeida, Lucimar Batista de; Vieira, Marilene Maria Augusto (2010) **O MERCOSUL e a construção de uma política ambiental para os países do Cone Sul.** Florianópolis: Política & Sociedade, v.9, n.16, p.205-223.

Lozano, Lucrecia (1993) La iniciativa para las Américas. El comercio hecho estratégia. **Revista Nueva Sociedad.** Monterrey, México: n. 125.

Pinheiro, Ana Claudia Duarte; Bassoli, Marlene Kempfer (2005) **Sustentabilidade econômica e ambiental:** um ideal da sociedade internacional. Londrina: Scientia Iuris, v.9, p.109-130.

Pires, Maria Aparecida F.; Da Silva, Pedro José (2009) Hidrovia Paraguai-Paraná: um eixo de desenvolvimento, integração e sustentabilidade para a América do Sul. In: **Revista Engenharia,** São Paulo: Engenho Editora Técnica Ltda, ed.592, p.132-136.

Boletim Rios Vivos, 1997. Informes sobre a Hidrovia Paraná-Paraguai. Campo Grande, Brasil.

Souza-Lima, Gumercindo; Coelho, Maria de Fátima C. D.; Petrelli Jr, Miguel (2004) **Bases conceituais para a visão dos recursos hídricos na porção brasileira da bacia do Rio da Prata:** termo de referência. Brasil: Comitê Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata (CIC). Versão 2.0.

Travassos, M. (1947). **Projeção Continental do Brasil,** Cia. Ed. Nacional, 4 edição, São Paulo.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1270491919.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf)>. Acesso em 12 de junho de 2012.



TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL. Disponível em:  
<<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/UNASUL/tratado-constitutivo-da-UNASUL>>. Acesso em 12 de junho de 2012.

Tucci, Carlos Eduardo Morelli (2004) **Visão dos recursos hídricos da bacia do Rio da Prata**: Visão regional. Porto Alegre: Comitê Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata (CIC), v.1, 227p.

Verdum, Ricardo (2007) Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana. In: \_\_\_\_\_. (Org.); Balazote, Alejandro O.; Helm, Cecília Maria Vieira [et al.] (2007) **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, p.13-40.

Santos, Sílvio Coelho dos (2007) Hidrelétricas e suas conseqüências socioambientais. In: Verdum, Ricardo. (Org.); Balazote, Alejandro O.; Helm, Cecília Maria Vieira [et al.] (2007) **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, p.41-56.

## NOTAS

<sup>1</sup> Adotamos, para efeitos do presente estudo, a expressão de “Países Membros” diante da multiplicidade de termos encontrados na revisão documental, tais como Estados Nação, Estados Partes, Estados Membros, Países Associados, Países Aderentes. Assim, assumimos como conceito genérico para caracterizar a figura constitutiva da integração. No entanto, esta terminologia possui conceituação própria na literatura especializada, o qual não é objeto desta pesquisa.

<sup>2</sup> A “Iniciativa pelas Américas” constituiu-se numa política internacional liderada de forma hegemônica pelos Estados Unidos, em 1990, reivindicando uma nova estrutura na relação deste país com América Latina e o Caribe – com uma motivação exclusivamente econômica, convertendo-se em outro estímulo adicional para a integração (LOZANO, 1993 p.121-134).

<sup>3</sup> Comunicado de Brasília, Comunidad Andina de Naciones, Documentos internacionales. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/documentos/dec\\_int/di1-9-00.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/di1-9-00.htm)>. Acessado em 08 de Junho de 2012.

<sup>4</sup> Consenso de Guayaquil. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/documentos/dec\\_int/Consenso\\_guayaquil.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/Consenso_guayaquil.htm)>. Documentos internacionales. Acessado em 08 de Junho de 2012.

<sup>5</sup> Um dos casos mais emblemáticos neste sentido tem sido a tentativa de golpe de Estado no Equador no ano 2010, onde os integrantes da UNASUL demonstraram o apoio incondicional ao Presidente Rafael Correa procurando segurar a ordem constitucional e institucional do país e recusando as mobilizações violentas como forma legítima para modificar a estrutura democrática.

<sup>6</sup> Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA). Ministério do Planejamento do Governo Federal do Brasil. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/imprime.asp?cod=3661>>, acessado em 23 de maio de 2012.

<sup>7</sup> Declaración del Cuzco, III Cumbre Presidencial Sudamericana. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/documentos/dec\\_int/cusco\\_sudamerica.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm)>. Acessado em 08 de Junho de 2012.

<sup>8</sup> José São Martín e Simón Bolívar foram militares da época Pré Republicana das Colônias Espanholas em território Sul Americano (período de transição entre os séculos XVIII e XIX) que pregavam a autonomia dos territórios colonizados pela Coroa Espanhola: ao sul do continente as denominadas Províncias Argentinas do Prata, Chile e Peru; e em direção ao norte, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela, respectivamente. As ideias de São Martín e Bolívar relacionavam-se com a unidade dos povos, o respeito à soberania popular e a solidariedade entre nações. Estes princípios têm sido incorporados na filosofia integracionista da UNASUL e mais recentemente, do MERCOSUL.

<sup>9</sup> Esta tese não era nova no âmbito político e econômico daquele momento, pois já nos anos 90 havia-se identificado o setor energético como ator chave da “transformação produtiva com equidade” para o continente sul americano, sendo os sub setores; eletricidade, gás natural e petróleo os mais relevantes como objeto de ordenamento, vigilância e regulação por parte do Estado. Ver: OLADE, CEPAL, GTZ; PEYD (1997) *Energía y Desarrollo Sustentable en América Latina y el Caribe*: Enfoques para la Política Energética. Quito, Ecuador: Capítulo 2: Energia y Economía, p. 45-51; Capítulo 4: Energia y Recursos Naturales, p.92.

<sup>10</sup> Disponível em <<http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/declaracao-do-rio-sobre-meio-ambiente.pdf>>, acessado em 12 de junho de 2012.

<sup>11</sup> Disponível em <<http://www.mma.gov.br/assuntos-internacionais/blocos/item/850>>, acessado em 12 de junho de 2012.

<sup>12</sup> TRATADO DE ASSUNÇÃO, p. 06. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1270491919.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf)>. Acesso em 12 de junho de 2012.

<sup>13</sup> A estrutura institucional do Mercosul foi instituída pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994. Conta com os seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). São órgãos deliberativos e de natureza intergovernamental, coordenados pelos Ministérios das Relações Exteriores dos respectivos Estados Partes: 1) o CMC: órgão superior, responsável pela condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção;

2) o GMC: órgão executivo do Mercosul, , incumbido em fazer-se cumprir as decisões estabelecidas pelo CMC e auxiliar tecnicamente os demais órgãos institucionais, e; 3) a CCM: órgão encarregado de assistir o GMC na aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados entre os Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira intra-zona e assessorá-lo na relação com terceiros países. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ouro-preto-1/>>. Acesso em 15 de junho de 2012.

<sup>14</sup> Com o objetivo de fortalecer as relações com os países da América Latina, o MERCOSUL assinou Acordos de Livre Comércio com o Estado Plurinacional da Bolívia (1996), com a República do Chile (1996), com a República do Peru (2003), com a República da Colômbia (2004), com a República do Equador (2004) e com a República Bolivariana da Venezuela (2004), países que por tal motivo passaram a ser considerados Estados Associados. In.: Cartilha do cidadão do MERCOSUL. Compilação de normas relacionadas com o cidadão do MERCOSUL. Ed. 2010. Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL p. 07. Disponível em <<http://www.MERCOSUL.gov.br/cartilha-do-cidadao/cartilha-do-cidadao-do-MERCOSUL-edicao-2010>>, acessado em 11 de junho de 2012.

<sup>15</sup> Observatorio de la Deuda en la Globalización (ODG). Imagem eletrônica, disponível em: <[http://odg.cat/es/inicio/enprofunditat/plantilla\\_1.php?identif=585](http://odg.cat/es/inicio/enprofunditat/plantilla_1.php?identif=585)>. Acessado em 19 de junho de 2012.

<sup>16</sup> Ver: <http://www.iirsa.org//Documentos.asp?CodIdioma=ESP>

<sup>17</sup> A expansão na produção de algumas *commodities*, como a soja, vem sendo amplamente estudadas, com suas implicações ao desmatamento, uso de agrotóxicos e à substituição de produção agrícola familiar e sustentável. Produtos mais sensíveis no âmbito do MERCOSUL também foram identificados e analisados pelo IPARDES e IPEA, nas décadas de 1990.

<sup>18</sup> A ideia de criar um organismo financeiro para promover a integração da região andina tomou forma no ano de 1966, depois de firmada a Declaração de Bogotá, pelos então presidentes da Colômbia, Sr. Carlos Lleras Restrepo, do Chile, Sr. Eduardo Frei Montalva e da Venezuela, Sr. Raúl Leoni, e representantes do Equador e Peru, com a adesão da Bolívia um ano mais tarde. Posteriormente, no ano de 2007, com a reforma do seu Convênio Constitutivo, foi aceita a incorporação dos países caribenhos e latino americanos. Contempla, como objetivos fundamentais, a aplicação de medidas de integração econômica e o investimento em projetos; assim como a coordenação das políticas dos países membros em matéria comercial, industrial, financeira e de cooperação técnica. A sede principal do CAF fica em Caracas, na Venezuela, e seu financiamento depende dos recursos aportados pelos 18 países acionistas, e os 14 bancos privados da região andina, que também fazem parte da sua estrutura. Atende, portanto, clientes do setor público quanto do setor privado dos países membros.

<sup>19</sup> Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR). Imagem eletrônica, disponível em: < <http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Palestras/HPPFermianoYarzon.pdf> >. Acessado em 19 de junho de 2012.

<sup>20</sup> Para maiores detalhamentos das possíveis implicações da implementação da Hidrovia Paraguai-Paraná, consultar: Da Silva e Silva (1992); Andersen (1994); Ponce (1995); Hamilton (1998); Lourival (2000); Ikeda-Castrillon et al. (2000); Migliacio (2001); Da Silva, Rocha e Ikeda-Castrillon (2004); dentre outros.

<sup>21</sup> Agência Câmara, 29/10/2003. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-10-29/construcao-de-hidreletricas-e-hidrovia-no-rio-madeira-demanda-investimentos-de-r-45-bi>>, acessado em 14 de junho de 2012.

<sup>22</sup> Cabe salientar que “vinte por cento da energia produzida hoje, no mínimo, é agregada a produtos destinados à exportação, em particular o alumínio” (Santos, 2007, p.43).

<sup>23</sup> Ver: <[www.riomadeiravivo.org.br](http://www.riomadeiravivo.org.br)>.

<sup>24</sup> Para maiores informações, consultar: Bank Information Center, disponível em: <<http://www.bicusa.org/es/Project.Resources.10138.aspx>>. Acessado em 21 de junho de 2012.